

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO – DFE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ALINE CLAUDIA DA SILVA

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO BÁSICA PARANAENSE (2011-2018)**

MARINGÁ

2022

ALINE CLAUDIA DA SILVA

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO BÁSICA PARANAENSE (2011-2018)**

Trabalho apresentado como requisito para
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia, da Universidade Estadual de
Maringá.

MARINGÁ
2022

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARANAENSE (2011-2018)¹

Aline Claudia da Silva²
Profa. Dra. Kethlen Leite de Moura³

RESUMO

As transformações estruturais no sistema capitalista promoveram uma reorganização no sistema produtivo da sociedade que culminaram no neoliberalismo, cuja configuração política e ideológica trouxeram implicações para o mundo do trabalho e, por conseguinte para o trabalho docente. Assim, como na totalidade social, no estado do Paraná observou-se um avanço das políticas neoliberais que geraram um ataque perverso ao trabalho do professor. O presente trabalho tem por objetivo analisar como as políticas governamentais propostas pelo ex-governador Carlos Alberto Richa (2011-2018) resultaram na precarização do trabalho docente, emergindo dos pressupostos neoliberais de reconfiguração do Estado. O trabalho justifica-se por se tratar de uma temática concernente ao exercício da profissão docente, portanto, inerente às discussões da educação e suas relações com o poder estatal; e como a elaboração de políticas públicas que interferem no trabalho destes profissionais, causam a degradação no modo de produzir o trabalho e tendo como consequência a precarização da educação pública. A metodologia adotada para o desenvolvimento deste estudo foi uma pesquisa bibliográfica a partir da análise de fontes bibliográficas em livros, e-books, artigos científicos, teses, dissertações, monografias. No decorrer deste estudo observou-se que o governo do Paraná no período de 2011 a 2018 incorporou a ideologia neoliberal, a fim de desenvolver políticas públicas educacionais que impulsionaram a precarização do trabalho docente e da educação de uma forma geral, e de um projeto educacional que esteja de acordo com os ditames da lógica da hegemonia capitalista. Foi constatado que esse quadro traz consequências para as condições de vida dos trabalhadores da educação e também para o sistema educacional. Ao concluir este estudo almeja-se contribuir com uma produção acadêmica que dialogue com a realidade escolar, uma vez que partimos do pressuposto que a efetivação de uma política pública de valorização profissional está diretamente associada à luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Palavras-chave: Educação. Trabalho Docente. Neoliberalismo e Precarização. Paraná.

1. Introdução

O trabalho docente tem sofrido precarizações, tanto na rede municipal quanto na rede estadual da Educação Básica, impactando nas condições de vida e de trabalho do profissional da educação. Esta precarização foi engendrada por reformas educacionais que tiveram início na década de 1990, repercutindo em profundas transformações na natureza do trabalho escolar, pois, tem como consequência a

¹ A estrutura deste artigo segue as normas da Revista Arinos, da Unemat. Qualis B4 – Capes, disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva>

² Graduanda do Curso de Pedagogia. Endereço eletrônico: ra94261@uem.br

³ Co-orientadora. Professora Adjunta do Colegiado de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Endereço eletrônico: klmoura@mail.uft.edu.br

reestruturação do trabalho docente que implica em sua desvalorização e desqualificação (OLIVEIRA, 2004).

As reformas educacionais afetam a organização do ensino, as práticas curriculares, o atendimento educacional e a formação para o exercício da docência, pois, os modelos curriculares são construídos a partir de financiamentos de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo como principal objetivo o fortalecimento do sistema capitalista em curso (SAMPAIO; MARIN, 2004).

Os efeitos da precarização do trabalho docente são foco de estudos acadêmicos teóricos e práticos na área da Educação, Psicologia, Sociologia, Filosofia, História, dentre outras, visam colocar o professor como protagonista do processo de trabalho que causa adoecimento devido à ampliação de suas tarefas e responsabilidades cotidianas para atender aos propósitos da educação vinculada à mercantilização do ensino (BARROS et al, 2019).

Ao aprofundar os estudos verifica-se as profundas transformações que ocorrem no mundo do trabalho docente desde os anos 2000, devido ao modo flexibilizador exigido pelo sistema capitalista. A partir da lógica mercantil, decorre o aumento do trabalho, ampliando o esgotamento emocional (Síndrome de *Burnout*), baixos salários e horários ininterruptos de trabalho. Esse contexto, se aprofunda com a pandemia da COVID 19, expandindo o esgotamento mental desses profissionais, isso porque no ensino remoto os professores tiveram que manter a produtividade, sem poder distingui-la do seu tempo de lazer e de descanso (PONTES; ROSTAS, 2020).

Para compreender as transformações mundo do trabalho contemporâneo é necessário situá-lo historicamente. Apreende-se que o homem se constitui enquanto ser social por meio do trabalho, desde as sociedades primitivas ele age sobre a natureza e, por meio desta relação desenvolve o trabalho e se humaniza. A partir dessa interação, o homem produz objetos para satisfazer suas necessidades e os bens necessários para a sua existência, sendo assim a atividade humana se materializa em valores de uso, tendo em vista que é uma atividade orientada a um determinado fim, como forma de produzir valor de uso e se apropriar do mundo natural para satisfazer suas necessidades (MARX, 1983). Deste ponto de vista, se faz necessário entender que em cada período da sociedade houve um determinado tipo de trabalho e de produção material (BIZERRA, 2015).

Posto a caracterização do tema, justificamos este trabalho no sentido de enfatizar o descaso do Estado para com os profissionais da educação, e conseqüentemente como a educação pública tem sofrido com as influências do modelo neoliberal, principalmente quando o governo paranaense é adepto do discurso neoliberalista em resguardar à propriedade privada, com vistas a servir aos interesses dos negócios, remodelando a sua forma de formular e operacionalizar as políticas sociais. Os formuladores das políticas públicas educacionais que são representantes dos governos municipais e estaduais, em sua maioria, concebem o espaço escolar como um local de depósito de crianças, quando na verdade a escola pública precisa cumprir com sua função social que é promover o acesso dos filhos da classe trabalhadora ao conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.

A partir do exposto, propõe-se o seguinte problema de pesquisa: quais as conseqüências das políticas governamentais do governo de Carlos Alberto Richa, entre 2011 a 2018, para o trabalho dos professores da rede estadual de Educação Básica?

Desta forma este trabalho possui como objetivo geral analisar como as políticas governamentais propostas pelo ex-governador Beto Richa (2011-2018) que resultaram na precarização do trabalho docente convergem com os pressupostos neoliberais de reconfiguração do Estado. Os objetivos específicos são: a) analisar aspectos da categoria trabalho na atual sociedade capitalista; b) contextualizar o trabalho docente paranaense no período de 2011-2018; e, c) refletir as conseqüências da precarização do trabalho docente para a educação pública paranaense.

A metodologia a ser utilizada parte da “[...] sua natureza e situação espaço-temporal em que se encontra” (KÖCHE, 2009, p.122), esse processo também depende do conhecimento e natureza do pesquisador, podendo tornar uma possível busca com inúmeros tipos de pesquisa. A pesquisa científica é uma das formas de compreender determinados pontos específicos, no qual transforma e modifica o contexto humano em qualquer área do conhecimento. Este estudo adota a metodologia de pesquisa qualitativa, com o caráter exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental.

O trabalho pretende apresentar as contrarreformas do Estado brasileiro que convergem com a precarização do trabalho docente, evidenciar a reestruturação da educação e do trabalho docente e analisar as configurações do trabalho docente na gestão do governo Beto Richa (2011-2018).

2 A categoria trabalho na atual sociedade capitalista

A categoria trabalho pode ser compreendida como uma categoria social que foi convulsionada pela dinâmica perversa do capitalismo mundial assentada na reestruturação produtiva. Compreendida numa perspectiva histórica e social esta categoria tem se reconfigurado ininterruptamente (NAVARRO; PADILHA, 2007). Isso porque, trabalho humano teve diversas fases, podendo ser dividida em: primitivo, feudal, escravo e capitalista. As mudanças no processo de trabalho nas últimas décadas têm atingido, substancialmente, os trabalhadores, sem exceção. Para entender o trabalho contemporâneo é necessário situá-lo historicamente, tendo em vista que as mutações ocorridas na sociedade capitalista decorrem da crise estrutural do capital, o que podemos denominar de transformações societárias, ou seja, “[...] são respostas do capital ao momento de crise que modifica as esferas da produção e da reprodução social” (NETTO, 1996, p. 85).

Para Marx, o trabalho na sociedade capitalista é um movimento de criação de mercadorias.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor-de-uso particular, um artigo especificado. A produção de valores-de-uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle (MARX, 1983, p. 201-202).

Marx (1983) faz distinção entre o animal e o homem comparando o trabalho de uma abelha com o de um arquiteto, para ele, o pior arquiteto é capaz de superar a abelha que faz com perfeição sua colmeia. O que diferencia os homens dos animais é que, o homem, antes de executar algo, idealiza, representa, de modo que sua ação se torna consciente. Ressalta que o arquiteto tem por resultado aquilo que estava pensado (Idealizado), mas o trabalho, como afirma Marx (1983, p. 220), não se faz segundo a vontade, mas dentro de condições objetivas. De acordo com Oliveira (2006, p.77) o trabalho é:

Qualitativamente como potencial, uma atividade vital que expressa os poderes e capacidades do homem. O trabalho é um processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio

material com a natureza [...] atuando, assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

O trabalho teve seu início como uma forma de sobrevivência, inicialmente os seres humanos viviam como nômades, então bastava que os alimentos estivessem disponíveis na natureza que eles extraíam na medida suficiente para satisfazer as suas necessidades de sobrevivência (LEONICE, 2012). Conforme os grupos sociais passaram a viver de forma sedentária, esta relação com a natureza foi mudando, pois, os alimentos de uma determinada região eram consumidos mais rapidamente do que a natureza poderia repô-los e, então, os homens passaram a se dedicar a atividades agrícolas, de forma a obterem os alimentos na quantidade e variedade desejadas (LUZ, 2008).

É a partir desse momento que o homem passa a ter o trabalho como algo indissociável para a sua sobrevivência. Partindo daí a busca por meios de facilitar a sua manipulação na natureza para que pudesse ter aquilo que desejava, meios como instrumentos de trabalho que foi evoluindo com o tempo a fim de ter resultados melhores com o menor esforço possível (LUZ, 2008).

No entanto, com a Revolução Industrial o trabalho passou por transformações é o momento de exploração da mais-valia, já que, nesse período o trabalho passa a ser remunerado. A categoria mais-valia demonstra a dicotomia entre o salário pago pelo detentor do capital e o valor do trabalho produzido pelo proletário (SOUSA, 2019).

Para Marx (1983) a mais-valia na sociedade capitalista representa a exploração da classe trabalhadora, por parte do dono dos meios de produção, uma disputa desigual entre capital e trabalho, ou seja, o provento pago representa apenas um percentual da mercadoria produzida pelo trabalhador, logo essa disparidade concretamente denominada de mais-valia permite uma grande lucratividade ao detentor dos meios de produção.

Na sociedade capitalista, de uma forma geral, o trabalho é o processo de compra e venda da força de trabalho onde o trabalhador vende o seu processo de trabalho para satisfazer necessidades alheias as suas em troca de dinheiro (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

O percurso histórico demonstra que ao trabalhador não resta alternativa senão vender sua força de trabalho aos proprietários dos meios produtivos. Os homens

livres, nas fábricas, tornam-se auxiliares de máquinas e produtores de bens que não lhe pertencem (CORREIA, 2015).

É a partir dessa ruptura que a consciência passa a supor-se como separada e superior à prática; é a partir desse momento que o trabalho intelectual se separa do manual, sobrepondo-se à realidade, emancipando-se do mundo, reificado-se. Em decorrência, o exercício das funções intelectuais e manuais, o lazer e o trabalho, o consumo e a produção, passam a caber a indivíduos distintos na sociedade, a partir das determinações de classe [...]. O que é inseparável no homem, passa a ser separado nas relações sociais, desqualificando-se e desumanizando-se o trabalho através de sua divisão técnica; destituído de suas qualidades de criação e reflexão, o trabalho perde sua característica fundamental, igualando-se ao trabalho animal, no momento em que se converte num conjunto de ações repetitivas, fragmentadas e desinteressantes (KUENZER, 1988, p. 19).

O sistema capitalista tem como seus fundamentos a propriedade privada, exploração de mão-de-obra assalariada, acumulação de capital, valorização de interesses individuais em detrimento do coletivo, competição, maximiza liberdade de escolha em relação ao consumo, produção e investimento e papel limitado do governo, para proteger os direitos dos cidadãos privados e manter um ambiente ordenado que facilite o funcionamento adequado dos mercados (ANDRADE, 2018).

A relação entre capital e trabalho ancora-se em uma insuperável contradição, na qual à medida que se desenvolve as potencialidades das forças produtivas emerge um polo de vasta miséria entre a classe trabalhadora, como pontua Netto (2006) ao abordar a expressão “questão social”

Usa-se a expressão questão social para expressar o conjunto das expressões políticas, sociais e econômicas vinculadas ao conflito entre o capital e o trabalho, impostos pelo surgimento da classe operária e seu ingresso no cenário político no curso da constituição da sociedade capitalista (NETTO, 2006b, p. 17).

Uma das formas do homem se consolidar economicamente e socialmente é por meio do trabalho, tanto que aquele que não trabalha é visto como alguém sem valor. No entanto, esta relação de capital e trabalho é envolvida por contradição, pois o desenvolvimento das forças produtivas decorrente da potencialização do trabalho social gera uma demasiada pobreza, sobre aqueles que não possuem nada além de si mesmo para vender no mercado, os trabalhadores. A referida pobreza se generaliza a nível alarmante ao ponto de fomentar a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida.

Da relação do trabalho alienado à propriedade privada deduz-se [...] que a emancipação da sociedade quanto à propriedade privada, à servidão, toma a forma política da *emancipação dos trabalhadores*; não no sentido de que somente está implicada a emancipação dos últimos, mas porque tal emancipação inclui a emancipação da humanidade enquanto totalidade, uma vez que toda a servidão humana se encontra envolvida na relação do trabalhador à produção e todos os tipos de servidão se manifestam exclusivamente como modificações ou consequências da sobredita relação (MARX, 1964, p. 170).

O trabalho em si tem uma conotação positiva, ele só se torna negativo quando o processo de trabalho se dá com um único fim a relação de exploração do capitalista, na qual o trabalhador aliena o produto e a sua força de trabalho.

[...] a expressão trabalho tanto significando a atividade do trabalhador quanto indicando o produto dessa atividade, não goza, como se diria, de boa reputação nos escritos marxianos e não há, ou pelo menos nem sempre, nem automaticamente, um significado positivo em Marx, que até reprovou a Hegel por só ver-lhe o aspecto positivo. Desde o início – e veja-se, a propósito, os Manuscritos de 1844, nos quais está contida essa crítica a Hegel – “trabalho” é, em Marx, termo historicamente determinado, que indica a condição da atividade humana no que denomina “economia política”, ou seja, a sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção e a teoria ou ideologia que a expressa (MANACORDA, 1996, p.44).

Portanto, um conjunto de trabalhadores que se reconhecem enquanto classe, percebem que o seu interesse está em oposição ao interesse dos capitalistas, e de que o trabalho e a riqueza gerada com o seu esforço estão direcionados somente no sentido de aumentar os ganhos dos proprietários dos meios de produção.

3 Contextualização do trabalho docente paranaense no período de 2011-2018

Esta seção tem como objetivo analisar como as políticas governamentais propostas pelo ex-governador Carlos Alberto, também chamado de Beto Richa no período de 2011 a 2018.

O neoliberalismo é a atual fase do capitalismo e que pode ser identificada claramente por meio da efetivação de políticas educacionais no governo de Beto Richa (2011-2018). Este sistema tem como marca a integração internacional da produção (globalização), privatizações generalizadas, liberalização comercial e financeira, a intervenção forçada do Estado para mudar as leis e reformar as instituições (LIMA, 2007).

O período de oito anos em que Beto Richa (2011-2018) esteve no comando do governo, com o *slogan* “*Avança Paraná*” ressuscitado dos anos de 1990 do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, representou o avanço e a consolidação de políticas governamentais de caráter neoliberal, principalmente, no campo educacional.

Beto Richa lançou sua candidatura alicerçada num plano de governo que sinalizava uma gestão eficiente e anunciava uma nova ‘*Visão de Futuro, um Novo Paraná e um Novo Jeito de Governar*’ (PARANÁ, 2010a). Após a assunção em 2011, uma de suas primeiras ações foi a redução de investimentos na educação, através da terceirização de serviços, contratação de profissional que se alinha a princípios neoliberais, empresas de consultoria, e o não pagamento de direitos trabalhistas (ALVES, 2011).

De acordo com Gonçalves e Furlan (2018, p.3):

Como ocorreu em diferentes estados do país, o Paraná teve e tem os defensores dos mesmos ideais ancorados na corrente neoliberal. No governo por mais de sete anos ininterruptos, o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), por meio do governador Carlos Alberto Richa, durante seu mandato (1995-2003), deixou como registro uma série de privatizações e parcerias público-privadas com justificativas encontradas nos ideais neoliberalistas.

Conforme se verifica, nos anos em que atuou como governador do estado do Paraná, Beto Richa colocou em marcha as ideias neoliberais que prioriza as reformas econômicas em contraposição às políticas sociais ou a reforma política. Estas reformas econômicas impulsionaram transformações em áreas de gestão fiscal, comércio, mercados financeiros e privatização de empresas estatais e são apoiadas por instituições internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em seu governo, Beto Richa adotava um discurso com palavras de ordem como *convergência* e *sinergia*, expressando a ideia de que deveria existir uma integração entre governo e sociedade, com a visão de união de forças e divisão de responsabilidades para a eficiência no desenvolvimento social e econômico do Paraná (SOUSA, 2013). No texto que segue, verifica-se um excerto de um de seus discursos, proclamados durante seu governo.

Ocupando o papel central, como ponto de convergência de todo o esforço da sociedade e do Governo, **deverá estar o desenvolvimento estadual e regional integrados**, com base territorial em Regiões de Desenvolvimento, caudatário das estratégias de todas as demais

políticas de desenvolvimento e criação de valor, que explorem as potencialidades empreendedoras locais para a geração de oportunidades, riqueza e serviços resolutivos. **A chave do sucesso será manter um contínuo esforço de convergência e sinergia do Governo, das empresas e do terceiro setor** (PARANÁ, 2010a, p.25, grifos nossos).

Seu discurso concretizou-se por meio de práticas para consolidar a geração de lucros de forma favorável aos interesses capitalistas. No campo educacional, o avanço das forças neoliberais se fez sentir no primeiro ano de mandato, pois, Beto Richa reduziu os investimentos no ensino superior e na Educação Básica e, adiou programas relacionados à educação (MELO, 2013).

A gestão de Beto Richa, foi conduzida sob a égide dos preceitos do Banco Mundial, os quais estavam presentes nos governos de Jaime Lerner e demais governos, haja visto que se situam no contexto do neoliberalismo. Esta prática se revelou contraditória, quando comparada à sua proposta de governo, conforme se apresenta a seguir:

- [...] 61. **Promover ações que elevem a qualidade do processo de ensino e aprendizagem;**
- 62. **Valorizar o quadro de profissionais do magistério e trabalhadores da educação;**
- 63. Expandir a oferta da educação básica em seus diferentes níveis;
- 64. **Garantir elevado nível de qualidade na gestão da educação para melhoria de suas ações pedagógicas;**
- 65. Consolidar o regime de colaboração com os municípios;
- 66. Estimular a integração da escola com a comunidade (PARANÁ, 2010a, p.31-32, grifos nossos).

No plano de governo de Beto Richa foi evidenciado o movimento político de gerar a divisão de responsabilidades sobre as áreas sociais, pois, ele adotou uma política de responsabilização e culpabilização do fracasso escolar aos atores educacionais, alinhando-se aos ditames do Banco Mundial e das reformas institucionais iniciadas nos anos de 1990. Esta política resultou em cortes nos investimentos da educação, aprofundando as parcerias público-privadas (PPP), instituída pela Lei Estadual n.º 17.046/2012. Assim a falta de financiamento para educação no estado do Paraná, neste período, foi aliada à ideologia de escola ineficiente, constituíram o discurso de autoritarismo de Beto Richa para manipular a opinião pública e acobertar a realidade de precarização das escolas pública paranaenses (STORI, 2016).

Este modelo de governo, incide com “[...] a adequação da escola à ideologia dominante e condena a participação direta do Estado no financiamento da educação” (MARRACH, 1996, p. 46-48). A ideia era fortalecer uma gestão de resultados,

envolvendo a participação da sociedade. No entanto, o que se verificou é que a ideia se voltava para a vigilância e controle do trabalho docente e das escolas.

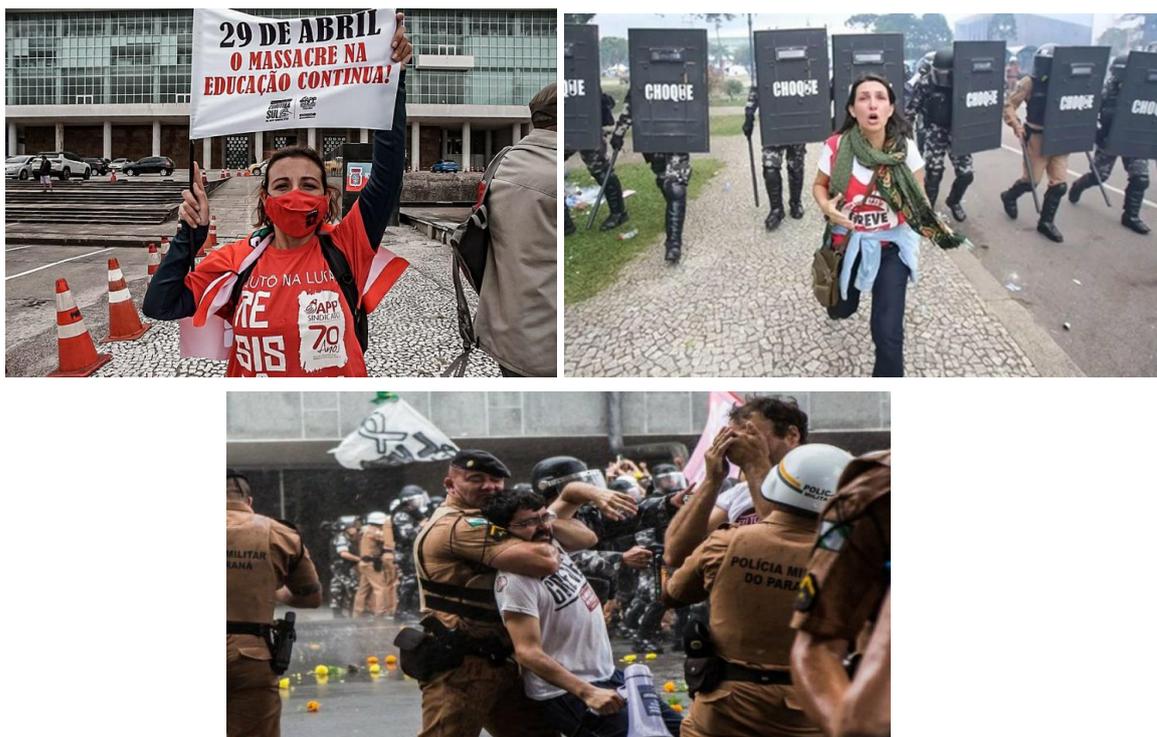
No caso, trata-se de um modelo de gestão educacional concebido a partir da visão empresarial e do mercado, algo focado somente nos resultados das avaliações institucionais de larga escala, como Prova Brasil e Prova Paraná, sem modificar as condições de trabalho dos profissionais da educação ou a de ensino e aprendizagem no interior das escolas, uma política artificial (DAMETTO, 2017).

No Paraná, durante o governo Beto Richa (2011-2018), a precarização do trabalho docente também foi evidenciada nos contratos de professores temporários na Educação Básica e no impacto dessa condição nas escolas (SOUZA, 2016).

Em 2014, Beto Richa em sua candidatura à reeleição para governador, nas campanhas eleitorais explanava que iria “*melhorar a qualidade do ensino*”, garantindo em suas práticas discursivas que “*o melhor está por vir*” e que “*vai ter dinheiro no caixa, porque nós saneamos as finanças*”. No entanto, a política de remuneração dos professores da Educação Básica, no estado do Paraná, durante o primeiro e início do segundo mandato do governo Beto Richa, os quais abrangem os anos de 2011 a 2016, identificou-se:

[...] retrocessos quanto às políticas de remuneração, se comparadas ao governo anterior, tendo-se em vista que houve perda real da remuneração dos professores, a partir do ano de 2015, bem como atrasos nos ajustes na tabela, correção inflacionária, entre outros. Constatou-se que a gestão corroborou as políticas internacionais *de eficácia e eficiência no ensino, as quais incitam a fazer o máximo com o mínimo de recursos*, processo esse que preconiza o protagonismo e a precarização da carreira dos professores. (RAMOS, 2018, p.7).

O retrocesso histórico vivenciado pelo governo autoritário e neoliberal de Beto Richa foi marcado por uma ação de violência contra os professores, pois, com sua autorização a polícia atirou bombas e tiros de balas de borracha contra professores que estavam em manifestação em frente à Secretaria Estadual de Educação no município de Curitiba-PR. O fato ocorreu em 29 de abril de 2015 e tornou-se um dia de luta para os professores de todo o Estado do Paraná (Figura1).



Figuras 1- Massacre contra os Professores do Paraná, 29/04/2015.
Fonte: Pragmatismo Político, 2015⁴.

Conforme salientam Silva e Bernartt (2015, p. 9):

O massacre aos professores ocorreu no momento em que estava em votação o PL 024/2015, conhecido como “pacotaço”, projeto de lei que resulta em cortes de benefícios do funcionalismo público, alterações na previdência estadual, dentre outras mudanças. A proposta obteve aprovação com 31 votos contra 20. Os corpos, as mentes, a honra e a dignidade dos trabalhadores da educação foram gravemente feridos, ultrajados e vilipendiados quando reivindicavam respeito e condições dignas de trabalho, salário, respeito e reconhecimento pelos serviços prestados a duras penas à sociedade brasileira

Resultados da política destas gestões resultaram em uma derrocada do modelo democrático, participativo e progressista. Onde houve uma substantiva reclusão nas políticas de inclusão, diminuição dos editais de concurso público para professores, aumento do número de professores contratados pelo sistema de Processo Seletivo Simplificado (PSS), diminuição da carga horária dos professores destinada para hora-atividade, não cumprimento dos compromissos assumidos com relação às demandas

⁴Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/06/as-imagens-mais-marcantes-do-massacre-da-pm-contra-servidores-de-curitiba.html>. Acesso 03 abr. 2022.

da categoria, como, por exemplo, a reposição dos índices de inflação no salário do funcionalismo, plano de carreira, etc. (VIEIRA, 2012).

O massacre de 29 de abril de 2015, deixou evidente que a precarização do trabalho docente ocorreu no governo Richa de forma dissimulada, já que a classe desses profissionais é vista pela sociedade e enfatizada pelo governo como detentores de privilégios. Mas, os mesmos propulsores de tal discurso não consideram, a título de relações de poder, “[...] sua carga horária, condições de trabalho, salários baixos, salas de aula superlotadas de alunos, trabalhos extraclasse como correções de provas e preparação de aulas que tomam seu tempo de lazer e muitos outros fatores que interferem em seu dia a dia” (MILANI; FIOD, 2008, p. 83).

Mesmo que haja uma grande diferença entre o trabalho de professores pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério (QPM) e os professores temporários (PSS), ambas categorias sofrem com as condições precárias de seu trabalho, isso porque o trabalho docente não tem nada de idílico como a sociedade imagina.

Existe hoje uma parafernália técnica admirável para se compreender e enfrentar os desafios do trabalho. No entanto, nada disso é levado em conta quando se pensa em educação. Comprometimento no trabalho, satisfação dos trabalhadores, relacionamentos com a hierarquia, atitudes perante o trabalho, carga mental no trabalho, temas que são triviais em qualquer organização de trabalho sequer são aventados quando se discute a crise da educação brasileira (CODD, 1999, p. 93).

Outro ponto a se considerar é que os professores temporários não têm nenhuma garantia de estabilidade ou de emprego no ano letivo seguinte. Acabam vivendo à mercê das mudanças governamentais e legais instituídas pela Secretaria de Educação e seus respectivos representantes.

Além ainda da formação continuada de professores ter ocorrido, essencialmente, em ambiente virtual, com temáticas pontuais e fragmentadas ofertadas eventualmente aos professores, sem nenhum critério acadêmico e de continuidade. Este fato destruiu as equipes pedagógicas organizadas por áreas do conhecimento e que tinham a responsabilidade de manter vivo o debate pedagógico nos núcleos regionais e nas escolas.

No entanto, até aqui mostrou-se apenas uma ideia do processo de precarização e sucateamento do trabalho docente paranaense em tempos de governo Richa, ao longo desses anos a sociedade presenciou o esfacelamento da carreira docente. No

que tange as condições de trabalho desses profissionais nas escolas da rede estadual de ensino, podemos verificar que:

As condições de trabalho destes profissionais são muitas vezes precárias: salário baixo, falta de flexibilidade na administração de recursos; pouca perspectiva de progressão na carreira; trabalho importante, exigente e sem reconhecimento no mesmo nível. Visto dessa forma, em termos organizacionais, tudo o que a escola forne ao trabalhador a coloca como uma das piores organizações para se trabalhar (CODO, 1999, p. 99).

Em suma, o trabalho docente no Estado do Paraná sofreu grande precarização devido às políticas neoliberais efetivadas durante o governo Beto Richa entre os anos de 2011 a 2018. Desse modo, constata-se que o trabalhador docente no estado do Paraná vivencia condições de precarização, pois, as premissas do governo de Beto Richa levaram ao auge a mercantilização da educação.

4 Consequências da precarização do trabalho docente para a educação pública paranaense

As consequências da precarização do trabalho docente estão interligadas com as políticas educacionais neoliberais e, portanto, com as necessidades mercantis impostas pelo sistema capitalista. Em decorrência disso o trabalho docente se torna coisificado e pauperizado, pois a partir do momento que a educação se torna uma mercadoria automaticamente o trabalho do professor também se transforma uma mercadoria a serviço do capital (AZEVEDO; LOPES, 2019).

Logo, a qualidade do seu trabalho é comprometida porque a direção da sua prática precisa seguir interesses do mercado, tendo que atuar de maneira instrumentalizada (AZEVEDO; LOPES, 2019).

Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola (professor) é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera em nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital (MARX, 1988, p. 101-102).

Essa realidade que o professor se obriga a passar de salários baixos, carga horária extenuante, pois precisa ampliar para suprir suas necessidades básicas, faz com que produza, com fim apenas de sobrevivência, colocando-o em uma situação de mercadoria e potencializador do sistema capitalista semelhante aos trabalhadores fabris. O discurso vendido é que a escola pública não é boa porque os professores não são bons, não são bem formados. Este discurso não evidencia as condições de trabalho cada vez mais extenuantes, salários aviltantes e a falta de incentivo ou estímulo para melhoria de sua qualificação, “[...] os trabalhadores docentes veem-se forçados a dominar novas práticas e novos saberes no exercício de suas funções” (OLIVEIRA, 2013, p.14).

A miséria econômica de milhões de famílias, em especial as que vivem nas periferias urbanas em favelas e nas regiões rurais abandonadas ao seu destino, às condenam também à miséria educacional e cultural e as deixam reféns da manipulação da mídia e de um crescente mercado de seitas religiosas que usam “deus” como mercadoria (FRIGOTTO, 2017, p. 20)

O ensino privado que já é tido como mercadoria passa a ser desejado, pois com a precarização do público “[...] condições precárias de formação, de trabalho e de salário dos professores, inadequação e insuficiência dos currículos, materiais didáticos e métodos pedagógicos” (SAVIANI, 2005, p. 267) quem desejar uma educação com conteúdo científicos, filosóficos, artísticos e epistemológicos, deve recorrer a este ensino. E, é por meio da imposição de um currículo feito pela classe detentora dos meios de produção e, portanto, hegemônica, determina quais conhecimentos serão transmitidos para os filhos da classe trabalhadora fortificando assim o sistema capitalista.

Com a precarização do trabalho docente, a educação paranaense se viu seguindo a mesma lógica do sistema de produção capitalista, voltado exclusivamente para a reprodução e acúmulo de capital como forma de se apropriar da mais-valia produzida pela classe trabalhadora. As propostas para a classe docente advinda do governo de Carlos Alberto Richa, desde seu ingresso no poder, demonstraram a busca incessante de uma educação técnica, esvaziada de conhecimento, precarizando propositalmente o trabalho docente como forma de implantar ideologias alienantes.

O currículo disponibilizado para as classes menos abastadas possui restrição no acesso à cultura erudita, pois a classe detentora dos

meios de produção tem conhecimento que conferirá aqueles que dela se apropriam, uma condição de privilégio. [...] O povo não precisa da escola para ter acesso à cultura popular, esta já possui, mas precisa da escola para ter domínio do saber elaborado (SAVIANI, 2018, p. 55).

A educação paranaense organizada e estruturada pelo governo Richa demonstrou já em seu primeiro mandato, políticas educacionais ineficientes no que tange a melhoria da qualidade da educação. Os ataques à educação do governo Beto Richa ocorreram de forma cada vez mais intensa, sendo que 2014 anunciou o fechamento de turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), extinguiu as secretarias de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena e suspendeu a eleição para diretor/a de escolas, fato que colocou a gestão democrática em risco (SARAVALLI, 2019).

A tônica era reformar toda a educação paranaense como forma de concretizar a eficiência e a qualidade, no entanto, a reformulação dos programas educacionais como o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) deixaram de ser ofertados nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018. O argumento utilizado por Carlos Alberto Richa foi de que:

[...] a reformulação do conteúdo e das modalidades do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que incluirá a realização de uma avaliação qualitativa do PDE propondo ajustes e melhorias, além de realizar uma avaliação comparativa de outros países e estados do Brasil com programas similares [...] (SOUZA, 2013, p. 137).

De acordo com Saravalli (2019) essa proposta nunca aconteceu, apenas houve a publicação de solicitação de manifestação de interesse de empresas de consultoria que quisessem avaliar o PDE, projeto esse que seria financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). A dissipação da educação paranaense dissolve as equipes pedagógicas organizadas por áreas de conhecimento que promoviam o debate pedagógico nas escolas; além da implementação de uma política artificial focada em resultado das avaliações em larga escala como a Prova Paraná (MENDES; HORN; REZENDE, 2020).

Em oito anos de governo Beto Richa, a dignidade do trabalho docente e a educação pública paranaense sofreram graves consequências de uma política de austeridade, com arroxo salarial dos profissionais da educação, com o interrompimento da construção de escolas, a desvalorização da formação contínua e

continuada dos professores, e o fechamento de escolas, demonstrando a desvalorização e precarização do trabalho docente na educação pública paranaense.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar como as políticas governamentais propostas pelo ex-governador Beto Richa (2011-2018) resultaram na precarização do trabalho docente emergindo dos pressupostos neoliberais de reconfiguração do Estado.

Foi verificado que durante os governos Beto Richa (2011-2018) ocorreu o avanço e consolidação de políticas neoliberais. No campo educacional a concretização destas políticas resultou na precarização do trabalho docente, pois, a governança foi baseada em uma filosofia para perpetuar a hegemonia capitalista, a qual foi fomentada pelo autoritarismo de Beto Richa. Assim se evidencia a submissão da educação brasileira e paranaense aos ditames do capital em seu estágio atual.

A adoção de políticas neoliberais alinhadas com a falta de financiamento para educação no estado do Paraná e à ideologia de escola ineficiente, constituíram o discurso e prática de autoritarismo de Beto Richa que resultaram na precarização das escolas pública paranaenses e , por conseguinte , na precarização do trabalho docente.

A partir da realização deste estudo foi possível refletir que a profissão de educador é uma profissão que abre a mente humana para um pensamento crítico, político e emancipatório e é ela que pode desestabilizar o sistema conservador que se encontra no poder e é justamente isso que eles estão tentando ceifar. As políticas públicas educacionais precisam priorizar investimentos na melhoria da infraestrutura das escolas e na valorização docente, que necessita de constante formação continuada frente à revolução digital e carece de salários compatíveis com sua importância e relevância social.

Diante do que foi exposto, é seguro asseverar a necessidade de que as políticas educacionais necessitam priorizar e valorizar o trabalho docente, visando condições dignas de salários, carga horária, infraestrutura de local de trabalho, proporcionando tempo para suas pesquisas e tempo de lazer, contribuindo para promover a melhoria na qualidade do ensino público.

PRECARIFICATION OF TEACHING WORK IN THE STATE PUBLIC NETWORK OF BASIC EDUCATION OF PARANAENSE (2011-2018)

ABSTRACT

Structural transformations in the capitalist system promoted a reorganization in the productive system of society that culminated in neoliberalism, whose political and ideological configuration had implications for the world of work and, therefore, for teaching work. Thus, as in the social totality, in the state of Paraná there was an advance of neoliberal policies that generated a perverse attack on the work of the teacher. The present work aims to analyze how the government policies proposed by former governor Carlos Alberto Richa (2011-2018) resulted in the precariousness of teaching work, emerging from neoliberal assumptions of reconfiguration of the State. The work is justified because it deals with a theme concerning the exercise of the teaching profession, therefore, inherent to the discussions of education and its relations with state power; and how the elaboration of public policies that interfere in the work of these professionals, cause the degradation in the way of producing the work and resulting in the precariousness of public education. The methodology adopted for the development of this study was a bibliographic research from the analysis of bibliographic sources in books, e-books, scientific articles, theses, dissertations, monographs. In the course of this study, it was observed that the government of Paraná in the period from 2011 to 2018 incorporated the neoliberal ideology in order to develop public educational policies that boosted the precariousness of teaching work and education in general, and an educational project that is in accordance with the dictates of the logic of capitalist hegemony. It was found that this situation has consequences for the living conditions of education workers and also for the educational system. At the conclusion of this study, we aim to contribute to an academic production that dialogues with the school reality, since we assume that the implementation of a public policy of professional development is directly associated with the struggle for a public, free and quality education.

Key words: Education. Teaching work. Neoliberalism and Precarization. Paraná.

Referências

ALVES, M. **Os cem dias do governo neoliberal de Beto Richa**. In: **Portal Vermelho**. 12 abr. 2011. Disponível em <<http://www.vermelho.org.br/noticia/151740-98>>. Acesso em 06 jan. 2022.

ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos. **Revista História: Debates e Tendências (Online)**, vol. 18, núm. 3, pp. 408-419, 2018.

BARROS, A. M. de. **Curso de direito do trabalho**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2010.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de et al. Resistências à precarização no trabalho docente: posicionamentos teóricos e metodológicos. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 14, n. 2, p. 1-14, jun. 2019.

BETO Richa afirmando que o melhor está por vir. Entrevista com Beto Richa. Paraná TV. RPC - Rede Globo, Curitiba, PR. 11 fev. 2015. Vídeo enviado por SindSaúde-PR. 23 fev. 2015. Duração: 1'27". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=48PfTL3u_KM>. Acesso em: 18 jan. 2022.

BIZERRA, Fernando de Araújo. **Trabalho e ser social: uma relação genética**, 2015.

Disponível em:

https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/04/Eixo_1_198_2.pdf acesso em 12 de fev. de 2022.

CALDAS, Ana Carolina. 29 de abril de 2015: Massacre contra professores no Paraná é lembrado com protesto, 2021. Disponível em : <https://www.brasildefatopr.com.br/2021/04/29/29-de-abril-de-2015-massacre-contra-professores-no-parana-e-lembrado-com-protesto>. Acesso em 12 de fev. de 2022.

CODO, Wanderley (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ, Vozes. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho, 1999.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Por uma crítica imanente sobre os limites das políticas públicas de direitos sociais e o Estado na produção do bem comum no modo de produção capitalista. **Saude soc.** 24 (suppl 1) Apr-Jun 2015.

DAMETTO, J. **Avaliação em larga escala e a objetivação da qualidade educacional: controvérsias em torno da fabricação discursiva da qualidade na educação básica**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/1239/2/2017JarbasDamettoTese.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

DONARIO, A.A; SANTOS, R.B. **A Teoria de Karl Marx**. Universidade Autônoma de Lisboa, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 17-34.

GONÇALVES, Cléber dos Santos; COSTA, Maria Luisa Furlan. Investidas neoliberais na educação do paraná: uma leitura crítica de matéria jornalística da agência estadual de notícias. **Colloquium Humanarum**, vol. 15, n. Especial 2, Jul–Dez, p. 349-355, 2018.

K CHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

KUENZER, A. **Educa o e Trabalho**. Salvador: Fator, 1988.

LENCIONI, Sandra. Acumula o primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Open Edition Journal**, n. 14, 2012.

LIMA, Ederson Prestes Santos. O neoliberalismo no paraná: um resgate histórico. **Revista de História Regional**, v. 11, n. 1, 1 out. 2007.

LUZ, R.S. **Trabalho alienado em Marx: A base do capitalismo**. Disserta o de Mestrado – Faculdade de Filosofia da Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**; Tradução de Newton Ramos de Oliveira; 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MÁRKUS, György. **A Teoria do Conhecimento no Jovem Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

MELO, J. F. Análise da presença do estado neoliberal nas políticas públicas para a educação no Estado do Paraná nas gestões Lerner (1995 – 2002) e início governo Beto Richa (2011). XIII Congresso de Educação do Norte Pioneiro. **Anais...** Jacarezinho, 2013, pp. 100-117.

MENDES, A. A. P.; HORN, G. B.; REZENDE, E. T. de. As políticas neoliberais e o pragmatismo gerencial na educação pública paranaense. Roteiro Joaçaba, v. 45, p. jan/dez 2020, p. 1-24. Disponível em:
<https://unoesc.emnuvens.com.br/roteiro/article/view/22393/14288>

MILANI, N. Z.; FIOD, E. G. M. Precarização do trabalho docente nas escolas públicas do Paraná (1990-2005). Roteiro Joaçaba, v. 33, n. 1, p. 77-100, jan/jun, 2008. Disponível em:
<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/320/69>

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicol. Soc.**, 19 (spe), 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.** 25 (89), dez 2004.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Filosofia da Educação: Reflexões e debates**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. (Org). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. – 1ª ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

PARANÁ. **Plano de Metas 2011-2014 Beto Richa**. Plano de Governo. Carlos Alberto Richa. Curitiba. 2010.

PONTES, Fernanda Rodrigues; ROSTAS, Márcia Helena Sauaia Guimarães. Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. **Revista Thema**, v.18, especial 2020.

RAMOS, Carlos Vinícius. **A Política de remuneração de professores da rede pública no estado do Paraná (2011-2016): avanços e retrocessos.** 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. 2018. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2018/2018%20-%20Carlos%20Ramos.pdf> Acesso em: 15 de jan. de 2022.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, set./dez. 2004.

SARAVALLI, A. A. Plano de carreira e política de formação continuada para os profissionais da educação da rede pública de educação do Paraná: uma análise do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE no período de 2004 a 2019. Dissertação de Mestrado. Maringá: UEM, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Educação Socialista, Pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In.: SAVIANI, Dermeval.; LOMBARDI, José Claudinei. (orgs.) **Marxismo e Educação: Desafios contemporâneos.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Política Educacional no Brasil após a ditadura militar. Rev. HISTEDBR On-line, Campinas, v.18, n.2 [76], p.291-304, abr./jun. 2018.

SILVA, M. R. BERNARTT, M. L. **Manifesto: Violência contra os professores na greve do Paraná: “Para não esquecer quando se fere um Professor”.** Revista Pedagógica, Chapecó, v. 16, n.32, p. 07-21, jul./dez. 2015.

SILVESTRE, B.A. **Superexploração da força de trabalho e salário-mínimo no Brasil.** Salvador, 2014.

SOUSA, Ana Amélia Ribeiro. O Trabalho e Sua Ressignificação ao Longo de História. **Revista Âmbito Jurídico**, 2019. Disponível em : <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-do-trabalho/o-trabalho-e-sua-ressignificacao-ao-longo-de-historia/>. Acesso em 12 de fev. de 2022.

SOUSA, S. **A gestão educacional no Paraná 2011 – 2013.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013, 160p. SOUSA, Silmara Eliane de. A Gestão Educacional no Paraná 2011-2013. 2013.

STORI, Regina. Governo Beto Richa: uma aproximação com o conceito de estatismo autoritário. **Anais... III SIPERS**, 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-do-trabalho/o-trabalho-e-sua-ressignificacao-ao-longo-de-historia/>. Acesso em 12 de março de 2022.

SOUSA, Joceli de Fatima Arruda; SANTOS, Thais Fernanda dos Santos dos. **Precarização do trabalho docente: uma breve análise da escola sem partido**, 2017. Disponível em: http://anaisbr2017.redeestrado.org/files/abstracts/000/000/235/original/Trabalho_com_pleto_redeestrado.pdf. Acesso em 12 de março de 2022.

TESSARI, E. V. S. **A formação continuada nas semanas pedagógicas de**

fevereiro no período 2007 – 2013 no Estado do Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015, 188p.